

ATA DA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 21-01-2021.

Aos vinte e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quinze horas e dezoito minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/21, discutido por Pedro Ruas, Roberto Robaina, Laura Sito, Idenir Cecchim e Karen Santos, e o Projeto de Lei do Executivo nº 002/21. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Matheus Gomes, Pedro Ruas, Moisés Barboza e Cassiá Carpes. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e um minuto às dezesseis horas e dezessete minutos para a realização de reunião conjunta de comissões permanentes. Às dezesseis horas e dezoito minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta sessão destina-se à continuação da discussão geral de Pauta e apreciação do PLCE nº 002/21 e do PLE nº 002/21. De imediato, proceda-se a verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e cinco Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores presentes.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Havendo quórum, passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0062/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 002/21, que concede remissão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre o serviço público de transporte coletivo por ônibus e concede anistia de infrações relativas ao crédito tributário remitido. (SEI 118.00021/2021-31)

PROC. Nº 0063/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 002/21, que autoriza o Poder Executivo a contratar auxiliares de serviços gerais, auxiliares de cozinha e cozinheiros para a Secretaria Municipal de Educação (Smed) em caráter emergencial e por prazo determinado, considerando o estado de calamidade pública devido a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) e a necessidade do início do ano letivo 2021. **Com Mensagem Retificativa nº 01, Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01 e Emendas nºs 01 e 02.** (SEI 118.00022/2021-86)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Cumprimentando V. Exa., cumprimento as vereadoras, vereadores e público que nos assiste. E volto ao tema, Sr. Presidente, do transporte coletivo que analisaremos a seguir. Reiterando alguns dos argumentos que não preciso repetir, que usei na minha primeira fala, queria agregar que Porto Alegre tem, sim, opções, alternativas de transporte coletivo mais rápido, mais seguro como é, por exemplo, o transporte hidroviário. Nós temos legislação autorizando o transporte hidroviário em Porto Alegre, pelo rio Guaíba, desde 1989. As empresas de ônibus da capital jamais permitiram que esse transporte fosse implementado. Ele ligaria a Zona Sul da cidade, Lami, Ipanema, fazendo conexão com Belém Novo por meio de ônibus, ao Centro da cidade e vice-versa. E poderia ligar também boa parte da Zona Norte. Essa legislação de 1989, que criou o transporte hidroviário em Porto Alegre, só foi usada para um convênio entre o município de Guaíba, pelo prefeito José Fortunati, quando foi criado o sistema do catamarã, ligando ambas as cidades. Não esquecendo que, em Porto Alegre, foi criada apenas uma linha, ligando o Centro àquela região do Shopping Barra e depois à Guaíba. Apenas uma em Porto Alegre, e nós poderíamos ter 20, 30, 40, 50; é um transporte muito rápido, não pela velocidade da embarcação, mas sim pela ausência de trânsito, absolutamente segura e utilizada em todo o planeta, em todo o mundo, menos em Porto Alegre. E no nosso tão querido rio Guaíba está poluído, descuidado, não pode ser utilizado para banho, requer obviamente gestão de água, mas ele está pronto para ser utilizado como transporte hidroviário de passageiros, para o transporte fluvial de passageiros. Há legislação a respeito, prevendo, em Porto Alegre, mas os empresários de ônibus, os reis da cidade nunca permitiram a criação, sequer, como alei prevê, que fosse feita a licitação para ver se há interessados. Aliás, a legislação prevê que poderia haver licitação e também utilização em embarcações do Município, algo como se fosse a Carris, só que de maneira fluvial. Então, é hora sim, de nós termos mudanças no sistema. E a primeira mudança é acabar com o reinado dos empresários de ônibus. É inacreditável. É meu sétimo mandato, incluindo mandato de

deputado estadual, que eu luto contra esse poder em Porto Alegre. É impressionante o que eles fazem e desfazem, da maneira e na hora que querem. Os valores que sempre fixaram para as tarifas e que o Comtu, via de regra, aceitou, e os prefeitos sempre homologaram, como será de novo agora. O atual prefeito, como o vice-prefeito, participou dessas homologações. E nós vemos uma cidade que, realmente, vira de costas para o seu rio naquilo que tem de potencial extraordinário que é o transporte coletivo, além de outras potencialidades. O transporte coletivo está pronto, não precisa sequer haver um condicionamento, não precisa haver uma manutenção; o rio está pronto, e o desgaste das embarcações é mínimo. Quem conhece o sistema catamarã, como eu conheço, sabe que é um sistema que trabalha com pouquíssima manutenção. Então, concluo presidente, dizendo que as mudanças precisam vir e de forma urgente, porque a pressão é muito grande. Simbolicamente, do meu ponto de vista, respeitando opiniões em contrário, nós temos que começar essas mudanças, votando contra esse projeto que, simbolicamente, mantém os privilégios que sempre tiveram os empresários aqui, na capital. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, Diretor Luiz Afonso, vereadores e vereadoras. Eu peço desculpas, essas sessões *on-line* são difíceis. Eu estou no café da Câmara agora, não estou no melhor lugar para poder discutir, mas, bem, estou no café da Câmara, que está bastante vazio, então, estou participando da reunião daqui. Eu queria fazer uma consideração geral sobre essa isenção que o Governo quer conceder para as empresas. O Vereador líder da oposição, meu camarada e amigo Pedro Ruas já expressou a nossa posição. Nós vamos votar contra, porque é uma medida que beneficia os empresários e não tem nenhuma contrapartida; aliás como, infelizmente, tem ocorrido sempre, para a população. E nós queremos, sim, debater. Eu quero chamar a atenção dos vereadores e vereadoras de que nós queremos discutir a questão do transporte globalmente. Eu, já na legislatura passada, junto com Prof. Alex Fraga, votei num projeto, vejam só, que foi encaminhado pelo Prefeito Marchezan, o que demonstra que nós são somos daqueles que votam sempre contra o governo. Votamos um projeto estruturante do Prefeito Marchezan, e eu anunciei isso da tribuna, que era um projeto estruturante, um projeto que cria uma taxa que subsidia, sim, o transporte, mas que subsidia o transporte a partir da folha de pagamento, no conjunto da folha de pagamento dos trabalhadores do Município de Porto Alegre. É uma taxa de mobilidade urbana. Eu creio que, infelizmente, a Prefeitura está abstraindo esse projeto ao debater a questão de transporte. Eu já vi o secretário Záchia, que depois foi desmentido pelo Prefeito, retomando o tema da taxação sobre os aplicativos, já vi, novamente, o governo voltar atrás. Quero chamar a atenção da Ver.^a Mônica, da Ver.^a Cláudia e dos vereadores que

foram fundamentais para impedir o início da extinção dos cobradores - o Zacher e o Presidente Márcio Bins Ely foram fundamentais naquele momento. E o governo Melo voltou com essa pauta, novamente, da questão dos cobradores. Então, acho que temos de discutir, globalmente, na Câmara, quais saídas tem o transporte. Eu tenho claro que a saída não pode ser penalizar cobradores, não pode ser penalizar aplicativos, não pode ser penalizar as pessoas que necessitam andar de ônibus. Aceito que tenham subsídios, vocês sabem que eu defendo que nós tenhamos um transporte público, portanto estatal, não explorado pela iniciativa privada. Além do mais, se necessita de subsídios, quer dizer que a iniciativa privada não... Não tem por que explorar o negócio. Deveria ser um serviço público e controlado publicamente. Bem, essa é uma outra discussão. Eu quero marcar aqui é que queremos debater globalmente o tema do transporte. Concluo dizendo o seguinte: o prefeito corretamente nos chamou para reunir, nesse caso; a gente até protestou, da última vez, quando o governo não havia conversado com a oposição com relação à última sessão, e algumas vereadoras - não lembro bem, talvez a Ver.^a Mariana Pimentel tenha comentado, não lembro quem - comentaram que seria um erro, que o governo deveria conversar com todo mundo. Pois bem, sobre esses projetos, o governo conversou conosco, acho que foi bom, mas, igual, nós temos uma divergência de fundo com o governo, porque o governo, infelizmente, nesse caso, está sempre olhando para beneficiar os empresários. E nós temos um ponto de vista diferente, nós queremos ver, na verdade, como que os trabalhadores, desta vez, não paguem pela crise. Isso significa congelar as tarifas, esse é o desafio que está posto.

Agora, eu queria chamar a atenção de uma coisa que me ocorreu hoje. Eu me atrasei um pouco para a sessão, pois estive num protesto dos trabalhadores terceirizados, operários do DMAE, aqueles que faziam serviços do DEP, limpeza de boca de lobo, entrar nos esgotos para limpar a cidade - estão, desde o dia 5 de janeiro sem receber. Eu considero um escândalo isso, é uma terceirizada, a MG que tem serviços em outras cidades, em outros locais da Prefeitura que está sem pagar. Teve uma mobilização em que eles trancaram a Ipiranga. Eu acompanhei o protesto; por sinal fui, inclusive, junto com eles ao diretor do DMAE, participei de uma reunião - eu não conhecia esse diretor novo do DMAE -, uma reunião truncada. Foi a minha primeira impressão, espero que eu esteja equivocado, mas achei o diretor do DMAE com pouca habilidade para dialogar; espero estar totalmente equivocado. O Sebastião Melo escolheu um articulador político como o Cassio, com quem a gente tem divergências de princípios muito fortes, mas, ele conversa; esse diretor do DMAE me pareceu com pouca habilidade para conversar - ele estava abstraindo que existia uma greve, abstraindo que existe um protesto, abstraindo que a Ipiranga foi trancada, abstraindo que têm operários que trabalharam e que não recebem o salário, um salário mínimo. Quanto tu não recebes o salário mínimo, tu passas fome.

Então, essa é a situação, eu queria alertar, Presidente Márcio Bins Ely, pois está ocorrendo na Cidade um problema grave com os operários do DMAE que fazem o serviço no DEP e que não estão recebendo.

Creio que o Governo e a Câmara têm de se preocupar com esses operários e com esse serviço. Por isso que estou chamando a atenção e alertando a todos com relação a isso. Obrigado Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Obrigada. A pertinência de a gente estar debatendo esse tema do PL do ISS é de extrema importância, porque expõe um dos maiores conflitos distributivos que nós temos que é a questão do transporte público. Estar nessa discussão de um projeto que já foi aprovado, no final do ano passado, para prorrogar a isenção, a gente fica pensando se é razoável que a gente siga isentando as empresas, tendo um retorno tão precarizado, em que não são, minimamente, cumpridas as cláusulas contratuais dessas empresas. Diante disso, ainda vemos o absurdo pedido do aumento da passagem. Eu fico pensando - a minha mãe foi trabalhadora doméstica durante toda a vida - quando a gente vê o pedido de uma passagem a R\$ 6,00, podendo chegar a R\$ 7,00. Qual é a condição da trabalhadora, do trabalhador de Porto Alegre conseguir transitar pela cidade, conseguir, inclusive, ter o retorno do seu trabalho, ter uma condição de fato de dignidade cidadã? Parece-me que é um debate cada vez mais descolado da vida, o que não significa que nós não tenhamos um grande debate a enfrentar sobre o modal de desenvolvimento de transporte de Porto Alegre. De fato, o que nós vemos aqui é, mais uma vez, o debate do lucro sobressaindo-se ao debate de fato da qualidade da condução do transporte em Porto Alegre.

Em setembro do ano passado, o Prefeito Marchezan se comprometeu em conceder às empresas, por conta da pandemia, R\$ 39 milhões; mesmo assim, hoje a gente vê esse debate apresentado pela ATP e a solicitação de um aumento na passagem para, no mínimo, para R\$ 6,00. Enquanto isso, as empresas não entregam um serviço mínimo. Nós não temos a renovação da frota, nós não temos a instalação de GPS, mas temos a superlotação que foi, talvez, o tema mais perverso que nós vimos durante a pandemia. Mesmo num processo intenso de crise sanitária, os ônibus estavam completamente lotados, linhas sendo cortadas, impondo um fracionamento da frota extremamente absurdo. Além disso, nós temos o corte, em muitas comunidades: depois das nove da noite, acabam ficando sem transporte. Além disso, nós temos falhas no sistema TRI, onde trabalhadores e trabalhadoras têm dificuldade de conseguir acessar os serviços de forma plena. Isso foi o que nos identificamos, foram diversas denúncias no último período, inclusive, para nós é o mais grave, a total falta de cálculos da bilhetagem. Ou seja, é fundamental que essa Casa tenha acesso, que haja transparência dos cálculos que levam ao valor da passagem. Para nós é muito duro que estejamos debatendo uma adequação da isenção das empresas, no período que ficou com vácuo, enquanto, ao mesmo tempo, nós estejamos debatendo, na cidade, a possibilidade de a passagem aumentar a um valor indigno, para a cidade de Porto Alegre não só se manter

como capital com a passagem mais cara do País, como também faz com que Porto Alegre destrua a condição de cidadania dos seus setores mais populares, que são os trabalhadores e as trabalhadoras da nossa comunidade, que já enfrentam uma crise econômica arrasadora, um longo período de inverno, que parece demorar a passar, se depender das opções do poder público vigente, que nós temos. Então, trago isso para auxiliar no nosso debate.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a pauta.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Senhoras e Senhores Vereadores, nós estamos votando projetos dois importantes. O do ISS, sobre os quatro dias, é sobre a redução de uma coisa que já existe há muitos anos – eu queria entender bem o que a oposição quer; a oposição quer discutir o transporte coletivo, pois vamos discuti-lo. Acho que poucas vezes, nessa cidade, um prefeito abre a discussão de uma forma tão transparente como o prefeito Sebastião Melo está fazendo agora sobre o transporte coletivo de Porto Alegre, junto com o secretário Záchia. É importante que se discuta, mas esse projeto do ISS sobre os quatro dias apenas é para corrigir um lapso de tempo que o prefeito deixou de assinar, do dia 1 até o dia 4, dia 5. Então, acho que isso é importante, mas a discussão em si do transporte coletivo nós vamos ter o momento apropriado, logo em seguida, já se está fazendo essa discussão na cidade. Nós vamos discutir; a oposição terá oportunidade de fazer as emendas, mas nesse caso não tem como, seria como colocar um jabuti nesse pequeno lapso de tempo que nós precisamos corrigir. Vamos discutir o transporte coletivo, mas não nesse projeto. Então, nós encaminhamos essas emendas, para que se vote poucas emendas no projeto do ISS, para que se possa discutir no momento oportuno. Mas o governo não é assim tão intransigente, não - temos algumas emendas que nós acatamos para o projeto de contratações emergenciais, como por exemplo, uma emenda do Ver. Jonas que estabelece cotas para as pessoas negras, cotas para os negros. Acho que é viável e nós vamos votar a favor. Outra emenda do PSOL - o Ver. Matheus conversou comigo, e a secretária também achou que não tem problema nenhum votarmos algo sobre a escolaridade dessas pessoas que já trabalhavam. Acho que é importante. E acho que nós vamos votar, também, a favor desta emenda para, certamente, com a aceitação dessas emendas, termos a votação no projeto também. Nesse projeto do ISS, eu espero, sinceramente, que a oposição também vote, porque é para corrigir um lapso de tempo legal. Esse é um projeto para corrigir uma legalidade que já existe na lei. Não é uma invenção do Executivo, é apenas para corrigir três, quatro ou cinco dias do ISS que ficou a descoberto. Eu agradeço a todos, e quero dizer que gostei muito da fala do Pedro Ruas sobre o transporte fluvial. É um tema muito importante que a cidade de Porto Alegre tem de discutir, sem dúvida nenhuma. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Inscrevi-me, novamente, para alertar os vereadores sobre a gravidade dessa denúncia que nós estamos fazendo, é uma situação que não se resolve, Ver. Cecchim. É isso que eu questiono, sabe, quando é que a gente vai encarar de frente esse problema que nós estamos enfrentando de uma péssima gestão, com a falta de transparência e de controle público. Essa mesma denúncia nós levamos no ano passado, no nosso mandato, na reunião do Comtu – Conselho Municipal de Transporte Urbano – numa reunião que era para decidir sobre o aumento da passagem, e a denúncia fez um constrangimento porque nenhum dos conselheiros sentiu-se à vontade de votar o aumento da passagem. Pela primeira vez na história do Comtu não foi votado o aumento da passagem. Novamente, neste ano, se houver essa possibilidade de aumento da passagem para R\$ 6,00, R\$ 7,00, como está sendo noticiado nas grandes mídias, novamente nós vamos remeter essa mesma denúncia, porque é uma questão que não se resolveu. E a questão que nós estamos levantando, aqui, nesse debate, é quando a gente vai encarar de frente, até porque esse mesmo projeto já foi votado em 2016 com uma emenda do Ver. Janta. E isso não foi executado. Então, de fato, não se está querendo encarar o problema central, hoje, de mobilidade urbana, referente aos ônibus da nossa cidade, que é a gestão do transporte coletivo. Então, acho que é importante, sim, a gente remeter a continuidade da isenção do ISS até o controle público da gestão da bilhetagem e das contas, até porque está previsto, no edital, que, após cinco anos do não cumprimento das metas, é possível, sim, a quebra de contrato. E a gente está vendo o prefeito Melo noticiando, nas grandes mídias, também, a possibilidade de uma repactuação dos contratos; e não é a repactuação dos contratos que nós queremos. Já foram entregues R\$ 60 milhões de dívidas que, até agora, não foram cumpridas; R\$ 39 milhões para os empresários de ônibus em plena pandemia; milhões em multas que nunca foram cobradas. Até quando nós vamos seguir dando dinheiro público para os empresários que não estão oferecendo um serviço de qualidade? O principal papel do vereador, para além de cair nesse produtivismo de criar e criar leis, é fiscalizar os contratos públicos. É isso que nós estamos querendo fazer: fiscalizar um contrato que, há cinco anos, vem oferecendo um péssimo serviço para a nossa população. Era isso.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, cumprimento as vereadoras e os vereadores. Queria começar afirmando que nós estamos diante de duas pautas muito importantes para a cidade de Porto Alegre. Eu acredito que o debate sobre educação tende a ser um pouco

mais tranquilo. Foi muito importante ter tido a reunião com a secretária Janaína Audino, a apresentação do governo. Como o Ver. Idenir Cecchim acabou de falar, nós conversamos sobre as emendas que foram apresentadas. Eu agradeço a generosidade dele com a proposição que nós fizemos, mas o sistema de transporte tem uma característica diferente, porque se trata de um problema que vem se acumulando nas últimas décadas na cidade de Porto Alegre. Hoje a gente chega diante de uma situação, como afirmou o Ver. Roberto Robaina, da necessidade da abertura de um debate sobre o que fazer perante a crise do transporte público em que, obviamente, que o tema das isenções fiscais tem um grande peso nesse debate. Nós acreditamos que não há por que o Município de Porto Alegre abrir mão de receitas das empresas de transporte público diante de um histórico de irregularidade que nós temos aqui na nossa cidade por parte desses grandes empresários. É importante lembrar que a nossa capital ficou por décadas sem uma licitação do transporte coletivo. E quando essa licitação foi feita, os mesmos empresários que administravam o transporte continuaram à frente das principais bacias da cidade de Porto Alegre. São oito anos de reivindicação no movimento de defesa do transporte público pela abertura das contas das empresas de ônibus. Se fosse como a Ver.^a Fernanda Barth sugeriu há pouco, que nós acessássemos informações apenas por um pedido de informações, um requerimento, protocolos formais, a vida seria muito fácil, mas nós já tivemos grandes protestos nesta cidade pedindo a abertura das contas do transporte público e isso nunca foi feito pelas empresas. Nós temos que perguntar para a ATP por que é que eles não jogam limpo, por que não expõem o verdadeiro montante de lucros que eles têm, ano após ano, que não são destinados como um bom serviço à população, não há retorno desse ponto de vista. E todo ano, quando se envia a planilha para a EPTC, quando o Comtu começa a debater, é muito fácil de a gente encontrar irregularidades no conteúdo dessas planilhas, em diversos aspectos. Na verdade eu não tenho ilusão sobre isso, mas, mas nós temos que cobrar que se jogue limpo com a população de Porto Alegre, porque os empresários do transporte não fazem isso. E é por isso que, diante de mais uma proposta de isenção, nós temos que fazer um debate sobre o sofrimento que a população de Porto Alegre está passando na mão desses empresários, especialmente agora durante o ano de 2020; várias linhas foram retiradas da nossa cidade; nós temos um quadro de superlotação do transporte nos horários de pico, isso está fazendo com que se aprofundem dados que estão ao acesso de todos aqui: o grau de contágio da Covid-19 nas periferias, onde a gente anda e vê paradas de ônibus lotadas, é muito maior. Vários estudos científicos já apontam que o transporte público é um dos maiores vetores de transmissão da doença. Nós não deveríamos aceitar de forma alguma que os empresários continuassem fazendo isso, retirando linhas e colocando a população nessa situação. Ao mesmo tempo é muito fácil falar da Carris, mas foi a Carris que conseguiu absorver algumas dessas linhas que poderiam ter acabado neste ano. Isso a gente tem que falar também! É muito fácil falar mal da Carris, mas vamos perguntar para a população de Porto Alegre qual a empresa que presta os melhores serviços, principalmente nas periferias; que entra em alguns lugares onde os empresários não querem entrar? É a Carris, é a nossa empresa de transporte público. É fundamental que a gente discuta isso, o tema da superlotação e o alvoroço correto que

gerou o anúncio de que a passagem de ônibus em Porto Alegre pode vir a ficar entre R\$ 6,00 e R\$ 7,00. A população ficou revoltada. Porque se discute muito a queda do número de passageiros, mas nós precisamos olhar para aqueles que dependem, sim ou sim, do transporte coletivo, que é a população trabalhadora, que é a população que está no subemprego, que está nos postos de trabalho terceirizados, que precisa procurar emprego e se deslocar pela cidade. Esse contingente da população, que é a maioria aqui em Porto Alegre, não usa Uber diariamente, usa transporte coletivo. E é por isso que nós temos que, sim, relacionar um debate com outro; e o que nós queremos discutir, a Câmara de Vereadores precisa ter a sensibilidade nesse momento, é defender o congelamento do preço, da tarifa dos ônibus aqui na cidade de Porto Alegre.

Não pode ser que diante de uma queda no rendimento mensal das famílias trabalhadoras, de um aumento do desemprego e da precarização do trabalho, em meio à pandemia, a gente aceite que a nossa cidade possa ter uma passagem entre R\$ 6,00 e R\$ 7,00. Nós temos que defender, enquanto não se construa uma solução para esses problemas, o congelamento do preço das tarifas. E as soluções também precisam ser olhadas desde perspectivas que valorizem propostas que a nossa cidade já construiu, como a diversificação dos modais, transporte hidroviário, como bem falou o Ver. Pedro Ruas, a questão das ciclovias e o fortalecimento de formas coletivas para o transporte. É isso que nós vamos defender aqui; isso passa pelo congelamento da tarifa e não pela isenção dos grandes empresários que não jogam limpo com a população de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Ver. Márcio Bins Ely, vereadoras e vereadores, inicialmente eu registro que agradeço a sensibilidade do líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, em relação ao debate aprofundado sobre transporte hidroviário. Sem dúvida, é uma posição importante que nos dá esperança de que essa mudança necessária possa acontecer em Porto Alegre. Esse é o meu registro inicial.

O segundo registro é o de que é mesma oposição que meus colegas de Câmara e de bancada, Ver. Roberto Robaina, Ver. Matheus Gomes já expuseram, bem como tenho certeza ser a da Ver.^a Karen Santos, em relação ao congelamento de tarifas. Nós temos que começar por aí, com relação ao transporte coletivo, com o congelamento de tarifas.

O terceiro registro é que eu quero lembrar o que foi aquele ano de 2013, o que ganhavam esses empresários e que nunca o Executivo municipal cobrou esse dinheiro. Pois muito bem, naquele ano era o nono ano seguido que eu entrava com ações para discutir o reajuste das tarifas de ônibus e lotações em Porto Alegre. Naquele ano nós tínhamos uma ação em que éramos eu, o Ver. Roberto Robaina, a Ver.^a

Fernanda Mechionna, a Luciana Genro - eu era um dos autores e também advogado da ação, em que também trabalhou o Dr. Rafael Lemes; no final, e os ônibus tinham tido um aumento de tarifa de R\$ 2,85 para R\$ 3,05. A ATP determinou o aumento, que o Comtu aprovou e o prefeito sancionou imediatamente, da tarifa em 22 de março de 2013. Em 4 de abril a justiça disse que o aumento era ilegal e mandou retornar aos valores anteriores, ou seja, a R\$ 2,85. Aqueles R\$ 0,20 por tarifa que a ATP e os empresários de ônibus cobraram de 22 de março até 4 de abril ficaram sendo discutidos na justiça. Eles recorreram, perderam, recorreram novamente, perderam, e ainda recorreram mais uma vez e perderam também; portanto, aquele valor cobrado pelos empresários de ônibus era ilegal. E do dia 22 de março de 2013 até 4 de abril de 2013, 12 ou 13 dias, porque março tem 31, os empresários de ônibus embolsaram milhões, com os R\$ 0,20 ilegais em cada tarifa, em cada viagem, num tempo em que não havia pandemia, num tempo em que as pessoas usavam muito mais o transporte coletivo, havia muito mais ônibus circulando. Pois bem, esse dinheiro nunca foi cobrado por qualquer Executivo, por qualquer integrante do Executivo municipal. Nós discutimos esse tema, pedimos aos prefeitos que cobrassem; ninguém cobrou. Esses milhões estão lá nos cofres da ATP, esses milhões de reais que deveriam ser usados no combate à Covid, na melhoria das condições de educação, no pagamento das dívidas da Prefeitura, estão lá nos cofres da ATP. Nós não tínhamos a legitimidade ativa para cobrar; tinha que ser o Executivo para cobrar judicialmente. Nós pedimos muitas vezes, muitas, muitas vezes e pedimos agora de novo, porque esse tipo de dinheiro mal havido é uma dívida que não prescreve, que é esse o caso. Esse dinheiro é mal havido, esse dinheiro é igual a um furto, exatamente igual a um furto. Talvez um roubo, que é o furto com uso de violência, porque a pessoa não tinha alternativa, a não ser pagar. E é gravíssimo o que aconteceu. Vejam bem que do dia 22 de março de 2013 a 4 de abril de 2013 os empresários cobraram uma tarifa ilegal e não devolveram. Seria impossível devolver individualmente a cada pessoa, alguém diria e eu daria razão; sim, é impossível. Mas então devolvam para a Prefeitura, devolvam para o Erário Municipal. Então, é só para relatar que não tem por que votar a favor dos empresários de ônibus; eles têm muito a devolver para Porto Alegre, inclusive o dinheiro ilegalmente obtido no ano de 2013. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Presidente. Não utilizarei os cinco minutos, mas não poderia me furtar de fazer uso da palavra aqui, saudando os colegas, para deixar claro aqui que já que o Ver. Pedro Ruas fez o resgate de alguns momentos do transporte urbano na cidade. Nós, o governo Marchezan, com a ajuda de todos os técnicos, tentamos, sim, fazer um debate público, inclusive com consultas públicas, com cálculo de redução de alguns percentuais, caso alguns projetos

fossem aprovados, como o Ver. Robaina falou anteriormente, na Câmara de Vereadores; inclusive tenho certeza de que alguns projetos serão reapresentados, bem como que verei algumas mudanças de opinião de alguns colegas que anteriormente foram contrários e que passarão a ser a favor de alguns projetos, mas eu preciso ressaltar aqui que no dia 16 de setembro do ano passado a nossa Câmara de Vereadores, que auxiliou a aprovar inúmeras reformas, aprovou a extinção do repasse para a EPTC de uma taxa de gerenciamento da câmara de compensação tarifária, conhecida como CCT; no dia 4 de novembro o prefeito Marchezan sancionou esse projeto, que foi aprovado então, e houve uma redução de R\$ 0,15 na tarifa, tanto para ônibus quanto para lotação, isso no dia 4 de novembro de 2020.

Nós, é óbvio que votaremos a favor do projeto, acompanharemos, depois de discutir com a bancada, Ver. Kaká D'Ávila, Ver. Ramiro Rosário e Ver. Gilson Padeiro, porque temos coerência. Eu quero ressaltar aqui que esse discurso a favor de não aumentar a passagem também precisa de eficácia na hora da votação para que nós pudéssemos buscar a redução e não apenas o congelamento da tarifa, buscar a redução, como o governo anterior tentou buscar. Eu gostaria também de ressaltar, para finalizar, que não tem como nós fazermos, registrarmos um alerta, votar contra essa isenção de ISS é justamente proporcionar que esse repasse chegue aos passageiros. Então, eu quero deixar muito claro que nós acompanhamos atentamente, estamos aqui ouvindo, aprendendo, mas a gente precisa fazer alguns registros. Quando chegam ao plenário, e eu tenho certeza de que chegarão novamente, de parte do governo atual, projetos que proporcionarão não apenas o congelamento, mas a redução da tarifa, os vereadores precisam acompanhar e fazer essas pequenas reformas que certamente vão colaborar, salvar o modal do transporte público. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Presidente, serei breve. Essa discussão sobre o transporte é muito bem-vinda. Quero possibilitar na nossa comissão que nós tenhamos, quem sabe, depois do carnaval, quando o ex-deputado e ex-vereador desta Casa, Záchia, tomar, talvez, mais conhecimento da matéria, já que ele está assumindo, e nós possamos discutir. Essa questão do transporte é complexa. Lá no governo do PT houve aquela encampação; então vamos ter que voltar, Ver. Moisés Barboza, mais atrás ainda, aquela encampação que possibilitou esse conjunto de coisas. Então, é muito erro. Eu sempre digo aqui, o Ver. Robaina lembrou, eu sou, sim, a favor de subsídio. No mundo inteiro se dá subsídio; agora, no momento em que se dá subsídio, também tem que ter a contrapartida. Então, é uma discussão bem ampla que nós temos que amadurecer e enfrentar. Uma das questões que eu ainda não entendi até hoje – e olha que eu já estou no quarto mandato como vereador, mais dois como deputado – é por que a Câmara não se debruça sobre o preço da passagem na decisão. É

um conselho que não tem um representante da Câmara de Vereadores. Essa parte eu também não entendo. Ou seja, a gente tem que decidir uma coisa que não decide, que é o preço da passagem. Nós temos que ter, no mínimo, um representante de uma comissão, na pior das hipóteses, para não dizer a Casa toda.

Então, é um ano em que vamos ter bons debates. A nossa comissão, a CUTHAB, vai rever o Plano Diretor, precisamos que a comissão esteja atenta, a Casa vai possibilitar e nós vamos estar junto; também a questão da regularização fundiária, já tive dois contatos, para prestar conta aos senhores e às senhoras, com o judiciário e também com o secretário André Machado e a adjunta Simone, que é especialista nessa questão, ela pertence à PGM do Município. Como eu falei, vamos ter bons debates: transporte, regularização fundiária... (Problemas na conexão.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estão suspensos os trabalhos para realização de reunião conjunta das comissões.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h01min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h17min: Estão reabertos os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente sessão. Convoco as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores para a 004ª Sessão Extraordinária a ser realizada a seguir.

(Encerra-se a sessão às 16h18min.)

* * * * *